

Relatório atacará fantasmas, 'laranjas' e subvenções sociais

Edivaldo Ferreira

AGUINALDO NOGUEIRA e
MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — Além de recomendar a cassação dos mandatos de vários parlamentares, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) pretende rediscutir em seu relatório todo o processo de confecção do Orçamento da União. Ele também recebeu relatório da subcomissão de bancos propondo medidas contra as contas fantasmas e "laranjas".



O fim das subvenções sociais também é considerado certo. A CPI provou que a maioria absoluta das subvenções distribuídas foi feita de maneira irregular, o que foi comprovado pelas investigações do Tribunal de Contas da União e da Secretaria da Receita Federal. A CPI só não sabe ainda como poderá evitar que entidades sérias deixem de ser prejudicadas pelo fim das subvenções.

Todas as propostas apresentadas no relatório de Magalhães, à exceção dos pedidos de cassações, não têm valor de lei. Se forem referendadas pelo plenário da CPI, elas serão transformadas em projetos de lei.



Roberto Magalhães: propostas de mudança serão incluídas no relatório

Espantados com a frequência do aparecimento de contas fantasmas e contas laranjas, os integrantes da subcomissão de bancos apresentaram ontem suas sugestões ao relator Roberto Magalhães (PFL-PE) para aperfeiçoar o controle sobre recursos movimentados no sistema financeiro. A idéia é criar uma série de mecanismos que

pelo menos reduzam significativamente esse processo ilícito.

● **FUNDAÇÃO** — Por 14 votos a três e quatro abstenções, o plenário da CPI da máfia do Orçamento rejeitou ontem requerimento do deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) que pedia a quebra do sigilo bancário e fiscal da Fundação Roberto Marinho.

Fabricação

O CAPATAZ de uma fazenda do governador de Brasília, Joaquim Roriz, deu declarações ao GLOBO que deixavam mal o seu patrão, acusado de fazer pagamentos suspeitos a deputados distritais.

MAS elas não deixavam o governador tão mal quanto o desmentido escrito, distribuído por advogados de Roriz, e assinado pelo capataz antes de sumir de Brasília.

PORQUE o empregado — cujo nome está grafado errado no desmentido — disse ao GLOBO precisamente o que O GLOBO publicou. Disse e repetiu dois dias depois para a "Folha de S.Paulo", como prova notícia daquele jornal paulista.

A FABRICAÇÃO do desmentido e o desaparecimento do capataz somam-se no indício mais eloqüente, de todos os até agora surgidos, de que o governador Roriz ainda tem muito a explicar.

AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELO RELATOR

1. Acabar com a Comissão de Orçamento.
2. Cada comissão permanente do Congresso passaria a cuidar das emendas de sua área específica. Exemplo: emendas envolvendo as Forças Armadas seriam tratadas pela Comissão de Defesa Nacional.
3. Final da distribuição das subvenções sociais, que foram

fraudadas em cerca de 80% nos últimos cinco anos.

4. Final das emendas individuais para o Orçamento.
5. As emendas do Orçamento só poderão ser apresentadas pelas bancadas estaduais, pelos partidos ou pelas comissões permanentes do Congresso.

6. Final das medidas provisórias para questões orçamentárias.

7. Confisco dos bens dos parlamentares acusados de lesar a União. O objetivo é tentar recuperar o máximo possível do que foi desviado.

8. Quebra automática do sigilo bancário e fiscal de todos aqueles que tiverem mandato, de vereador a presidente. A quebra de sigilo duraria desde o dia da posse até o fim do mandato. A quebra de sigilo de ministros não será proposta, mas será in-

cluída no projeto de lei que deverá ser apresentado por Roberto Magalhães após a CPI.

9. Redefinição do conceito de empresa estatal. Várias empresas poderão ser privatizadas ou até mesmo extintas.

10. Pedido de punição para os bancos que abrem contas fantasmas ou laranjas.